

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 702 - Brasília, terça-feira, 2 de junho de 1998

Unicidade sindical pode cair

A pluralidade sindical está prevista em emenda que será apreciada amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça. **Página 4**

Crédito para gasoduto em exame

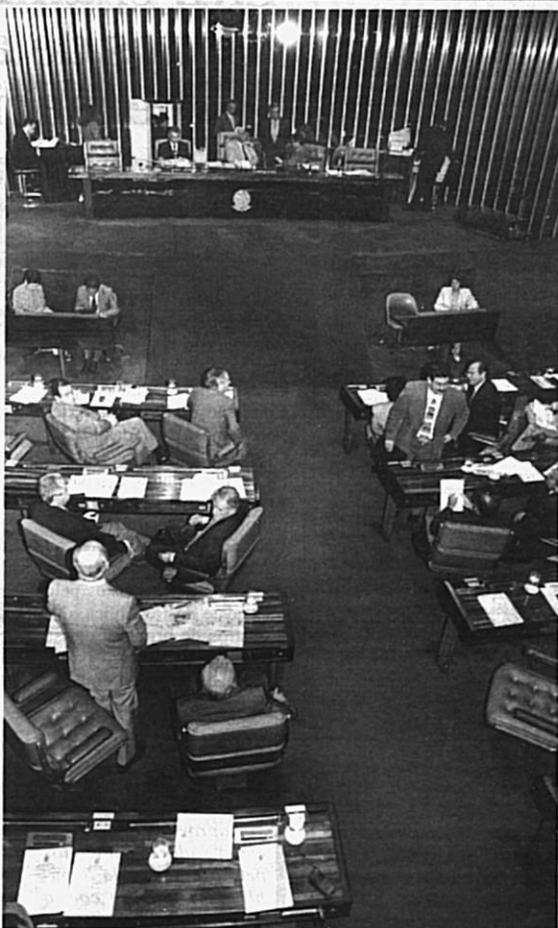
A Comissão de Assuntos Econômicos discute autorização para créditos destinados ao gasoduto Bolívia-Brasil. **Página 5**

Pauta inclui acordos externos

Proibição de testes nucleares e punição aos atos de terrorismo são os temas de dois textos em exame na comissão. **Página 2**

Uso de biodiversidade é debatido

A Comissão de Educação vai discutir a regulamentação do uso da biodiversidade e a criação de uma política nacional de educação ambiental. **Página 3**



O plenário do Senado discute, pelo quarto dia, a imunidade parlamentar

Senado vota punição para quem tentar atrasar Justiça

"Litigante de má-fé" ficará sujeito ao pagamento de multa e indenização

O plenário do Senado aprecia hoje projeto que autoriza os juízes a aplicarem a quem apresentar recurso com intenção protelatória (o chamado "litigante de má-fé") multa de 1% sobre o valor da causa. A proposta tem o objetivo de desafogar o trabalho da Justiça em todo o país. Ainda na sessão de hoje, os senadores

apreciarão projeto que cria no âmbito das Forças Armadas a carreira de tecnologia militar, com a correspondente gratificação. Outra matéria na pauta, para o quarto dia de discussão, é o substitutivo às propostas de emenda constitucional que tratam da imunidade parlamentar. **Página 3**

Transporte de romeiros poderá ser facilitado

A Câmara dos Deputados já recebeu projeto de lei, aprovado pelo Senado, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para facilitar o transporte de romeiros. De autoria do senador Sérgio Machado, a proposta permite o uso de veículos de carga com essa finalidade. **Página 6**

Francisco Benjamin assume por quatro meses

Em substituição ao senador Josaphat Marinho, que pediu licença de quatro meses para tratar de assuntos de interesse pessoal, assumiu ontem o suplente Francisco Benjamin, presidente do PFL na Bahia. **Página 8**

Marinho, licenciado, cumprimenta o suplente Francisco Benjamin



Agenda

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLC nº 15/98, que cria a carreira de policial rodoviário federal; "PLC nº 17/98, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a carreira de tecnologia militar e a gratificação de desempenho de atividade de tecnologia militar; "PLC nº 19/98, que altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de ministros do STJ e dos juizes da Justiça Federal de primeiro e segundo graus em relação aos ministros do STF; "quarto dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10/95; 18 e 34/97; 9, 12, 13 e 14/98, que dispõem sobre imunidade parlamentar; "Redação final do PLC nº 10/92, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário; "PLC nº 70/97, que altera o Código de Processo Civil; "PLC nº 105/96, que renova a permissão outorgada à Rádio Patumal Ltda. em frequência modulada na cidade de Cajazeiras - PB; "PDL nº 121/96, que renova a permissão do Sistema Nacional de Comunicação Ltda. em frequência modulada na cidade de Ituitubá - MG; "PDL nº 2/97, que renova a concessão da Rádio Fíom de Itabira Ltda. em onda média na cidade de Itabira - MG; e "PDL nº 40/97, que renova a permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda. em frequência modulada na cidade de Uruguiana - RS

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 117/95, que dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte; "PLS nº 272/97, que estabelece normas para aplicação dos recursos provenientes do recolhimento das tarifas aeroportuárias; "PLS nº 63/96, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; "Ofício "S" nº 40/98, solicitação do governo do estado do Piauí, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do BID, destinados à execução do programa Produtur/NE; e "Mensagem nº 118/97, que solicita autorização do Senado Federal para contratação de operação financeira que visa ao rescalamento de créditos brasileiros junto à República Argentina

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; "PLC nº 52/97, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público; "PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; "PLS nº 110/95, que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; "PLS nº 147/96, que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo; "PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; "PLS nº 234/97, que inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuracão Baiana de 1798, no Livro dos Heróis da Pátria; e "PLS nº 127/96, que dispõe sobre a unificação dos vestimentares nas universidades federais

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 144/98, do presidente da República, submetendo o nome de Paulo Dyrceu Pinheiro para o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura; "Mensagem nº 161/98, do presidente da República, submetendo o nome de Sérgio Barcellos Telles para o cargo de embaixador do Brasil no Líbano; PDL nº 11/98, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria; PDL nº 21/98, aprova o texto da convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo configurados em delitos contra as pessoas e a extorsão conexa, quando tiverem eles transcendência internacional, concluída em Washington, em 02/02/71; PDL nº 15/98, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo, celebrado com a Guiné-Bissau; PDL nº 19/98, aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados; PDL nº 20/98, aprova o texto do protocolo adicional ao tratado de amizade, cooperação e comércio sobre facilitação de atividades empresariais, celebrado com o Uruguai; e PDL nº 22/98, aprova o texto do tratado de proibição completa de testes nucleares, concluído em Nova York, em 24/9/96

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (03.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PDL nº 44/97, que renova a concessão da Rádio Itai Ltda. em onda média na cidade de Guaíba - RS; "PDL nº 84/97, que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda. em onda tropical na cidade de Ribeirão Preto - SP; "PDL nº 98/97, que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé Ltda. em frequência modulada na cidade de Bagé - RS; "PDL nº 108/97, que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda. em frequência modulada na cidade de Rio Grande - RS; "PDL nº 111/97, que renova a permissão outorgada à Rádio Jabitocabal Ltda. em frequência modulada na cidade de Jabitocabal - SP; "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quinto dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 2, 3 e 10/95; 18 e 34/97; 9, 12, 13 e 14/98, que dispõem sobre unidade parlamentar; "Projeto de Resolução nº 25/97, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos; "Requerimento nº 268/98, de autoria do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado para promover verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca no Nordeste; "Requerimento nº 297/98, de autoria do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial do Senado para inspecionar, in loco, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, o alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; "Requerimento nº 323/98, de autoria do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão temporária para acompanhar as ações emergenciais e elaborar plano de medidas permanentes a serem adotadas junto às áreas atingidas pela seca no Nordeste

Quinta-feira (04.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Redação final do Projeto de Resolução nº 40/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Redação final do Projeto de Resolução nº 41/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a transferir dívida para a Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Redação final do Projeto de Resolução nº 45/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito constituída no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Redação final do Projeto de Resolução nº 46/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a transferir para a CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e "PLC nº 39/97, que dispõe sobre a prática desportiva da capoeira

Sexta-feira (05.06.98)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (03.06.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do art. 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Atos das Disposições Transitorias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; "PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública e dá outras providências; e "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial

18h - Comissão de Educação

Pauta: Audiência pública para debater o tema: "Projeto de lei de comunicação de massa: estruturação, operacionalização e manutenção dos serviços de radiodifusão operacional - regulamentação das retransmissoras de TVs e rádios educativos". Convidados: ministro da Educação; ministro das Comunicações; representantes da Associação Nacional de TV Educativa Comunitária; do Canal Futura; da TV Cultura de Ouro Preto; da Fundação Padre Anchieta; da TV Educativa do Rio Grande do Sul; e do Canal Educativo da PUC

Comissão analisa também nomes indicados para embaixadas em Cingapura e no Líbano

CRE examina hoje textos de acordos internacionais

Os textos da Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo e do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares serão examinados pela Comissão de Relações Exteriores hoje, a partir das 17h30. Os textos têm pareceres favoráveis dos relatores, senador Romeu Tuma (PFL-SP) e senador José Agripino (PFL-RN), respectivamente.



Romeu Tuma



José Agripino

A comissão também examina os nomes, propostos pelo presidente da República, dos ministros de primeira classe Paulo Dyrceu Pinheiro, para a embaixada do Brasil em Cingapura, e Sérgio Barcellos Telles, para a embaixada brasileira no Líbano. A pauta prevê a apreciação de projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais como o de Cooperação na Área de Turismo entre o Brasil e a Guiné-Bissau, a Convenção sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Hungria e o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e o Uruguai.

A comissão também examina os nomes, propostos pelo presidente da República, dos ministros de primeira classe Paulo Dyrceu Pinheiro, para a embaixada do Brasil em Cingapura, e Sérgio Barcellos Telles, para a embaixada brasileira no Líbano. A pauta prevê a apreciação de projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais como o de Cooperação na Área de Turismo entre o Brasil e a Guiné-Bissau, a Convenção sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Hungria e o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e o Uruguai.

APROVAÇÃO DE EMBAIXADORES É COMPETÊNCIA DO SENADO

A aprovação prévia de embaixadores indicados pelo presidente da República, de acordo com o que estabelece a Constituição, é competência privativa do Senado Federal. A Constituição estabelece em seu artigo 52, item IV, que "competem privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente".

O ex-senador Accioly Filho, falando sobre o assunto, ressaltava que o Senado torna-se partícipe na condução da política externa brasileira ao deliberar sobre a escolha dos titulares das missões diplomáticas do país. Assim, permite ao Poder Legislativo exercer certo controle na indicação de autoridades cuja função é de grande importância na vida pública brasileira.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Email: jornal@senado.gov.br

Na pauta, outras nove matérias. Entre elas, a emenda que altera a imunidade parlamentar e o projeto que cria, nas Forças Armadas, a carreira de tecnologia militar

Plenário pode votar hoje projeto que pune quem retardar Justiça



Sebastião Rocha prevê nova seca

Comissão quer evitar novo incêndio em Roraima

Tentar prevenir outra calamidade e apurar as causas do incêndio que devastou o estado no início deste ano são os principais objetivos da comissão especial do Senado que visitou Roraima, segundo informou o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) em entrevista à Rádio Senado. A comissão, de acordo com o senador, vai elaborar um relatório que será encaminhado ao governo federal, analisando como foram utilizados os recursos federais e as providências que o governo de Roraima tomou para reverter as consequências do incêndio.

Sebastião Rocha disse que a comissão já pode apontar a alimentação como uma das prioridades, uma vez que o incêndio atingiu a totalidade das propriedades responsáveis pela agricultura de subsistência no estado. Essa questão social, segundo o senador, justifica a ação do governo federal com a distribuição de cestas básicas a essas famílias de agricultores. Ele observou, no entanto, que não houve um grande impacto na economia local.

Em relação às possíveis causas do incêndio, o senador disse que tudo indica que o motivo pode ter sido apenas a seca que atingiu o estado. Rocha explicou que os depoimentos e questionamentos têm indicado que "não há condições de criminalizar ou de tentar imputar qualquer culpa aos agricultores em função das queimadas das roças".

Segundo o senador, existe a possibilidade de um novo período de seca forte ainda este ano, e a comissão vai sugerir no relatório algumas medidas preventivas ao governo para impedir um novo incêndio de iguais proporções.

O plenário do Senado aprecia hoje, podendo inclusive votar, projeto destinado a desafogar o trabalho da Justiça. Trata-se de proposta, já aprovada pela Câmara, que autoriza os juízes a aplicarem multa de 1% sobre o valor da causa se ficar claro que a pessoa está apresentando recurso com objetivo meramente protelatório (juridicamente, "litigante de má-fé"). Além da multa, o juiz poderá condenar a pessoa a indenizar a parte contrária e a pagar os honorários advocatícios.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Pedro Simon (PMDB-RS), observa em seu parecer que o projeto "vem pacificar a jurisprudência dos tribunais, que é dúbia sobre o assunto". Com a proposta, os recursos manifestamente protelatórios são incluídos na lista dos procedimentos que caracterizam a má-fé processual. Para Simon, a multa irá inibir a interposição de tais recursos, ajudando a desobstruir o trabalho da Justiça.

Ainda na sessão de hoje, os



Simon diz que projeto "pacifica a jurisprudência dos tribunais"

senadores apreciarão projeto, já votado pela Câmara, que cria no âmbito das Forças Armadas a carreira de tecnologia militar e a Gratificação de Desempenho de Atividades de Tecnologia Militar. Consta ainda da Ordem do Dia proposta determinando que a remuneração dos ministros do STJ passará a corresponder a 95% do salário de um ministro do STF. Atualmente, corresponde a 90%. A partir daí, continua o previsto na Constituição, com diferença não superior a 10% de uma para outra categoria da carreira.

Os senadores poderão ainda

discutir na sessão de hoje, pelo quarto dia, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a nove propostas de emenda constitucional que procuram tornar mais fácil a aprovação de pedidos do STF para processar deputados e senadores.

Os parlamentares continuarão com imunidade por suas opiniões, palavras e votos, mas o pedido do Supremo para abrir processo contra algum deputado ou senador terá de ser votado em 120 dias. Caso não haja votação nesse período, o STF ficará autorizado a iniciar o processo. Atualmente, só há pro-

cesso com aprovação do pedido pela Câmara ou pelo Senado. O substitutivo será discutido até amanhã, retornando a seguir à CCJ, onde o relator dará parecer sobre as emendas apresentadas em plenário.

Ao todo, o plenário apreciará hoje 10 matérias, incluindo quatro projetos para renovar a concessão de funcionamento de quatro emissoras de rádio. Faz ainda parte da Ordem do Dia desta terça-feira um projeto que cria a carreira de policial rodoviário federal.



Senadores discutem o uso da biodiversidade

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), reúne-se hoje, às 10h30, para analisar uma pauta com 13 itens, entre os quais destacam-se projetos sobre meio ambiente e educação. Na área do meio ambiente, estão a proposta que regulamenta a utilização da biodiversidade nacional e a que institui uma Política Nacional de Educação Ambiental.

Entre os projetos destinados à educação, destacam-se o que define critérios para a ensino à distância; o que fixa regras para aplicação dos recursos do crédito educativo; o que determina normas para a distribuição dos recursos do salário-educação e ainda o que prevê a unificação das datas dos vestibulares.

O projeto sobre biodiversidade, que "dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do país", já



Marina é autora do projeto

passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), o projeto tem como relator o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que apresentou parecer favorável, nos termos do substitutivo apresentado na CAS pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Outro projeto sobre meio ambiente é o que "dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental". O projeto, apresentado pelo deputado Fábio Feld-



Quintanilha: parecer favorável

man, tem como relator o senador Joel de Holanda (PFL-PE), que deu parecer favorável, com três emendas de redação.

A Comissão de Educação vai analisar, em caráter terminativo, o projeto de lei do Senado que "dispõe sobre educação a distância". De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto tem como relatora a senadora Marina Silva, que deu parecer favorável, com emendas.

O projeto de lei em tramitação terminativa que "fixa critérios para aplicação dos recursos do

crédito educativo, alterando a Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992", também consta da pauta da CE. Relatado pelo senador Joel de Holanda (PFL-PE), o projeto é de autoria do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA).

A CE analisa as emendas nºs 1 e 2 apresentadas em plenário ao projeto de lei do Senado que "dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação". O projeto, do senador Waldeck Ornelas, recebeu emendas do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que serão relatadas pelo senador Lúcio Alcântara.

O projeto que unifica os vestibulares nas universidades federais é de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). O relator, senador João Rocha (PFL-TO), deu parecer pela rejeição da proposta e também dos projetos de lei do Senado de nºs 293/97 e 08/98.

Proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra prevê o fim da obrigatoriedade de sindicato único por categoria profissional, mas tem parecer contrário do relator, senador Roberto Requião

CCJ vota liberação da pluralidade sindical

A Comissão de Constituição e Justiça deverá votar amanhã proposta de emenda constitucional que extingue a unicidade sindical. Pela legislação atual, só é permitido um sindicato por categoria profissional em cada município.

A proposta, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), suprime o inciso II do artigo 8º da Constituição, possibilitando a liberdade de associação. Segundo Dutra, a intenção é adequar a Carta Brasileira à Convenção da Organização Internacional do Trabalho de 1987. Para o se-



Dutra: contra a unicidade

nador petista, o sindicalismo brasileiro não pode conviver com estruturas de organização arcaicas.

— Um movimento sindical solidamente instituído e co-responsável socialmente não pode conviver com estruturas cor-



Requião: por mudança mais ampla

porativas herdadas do fascismo. É de fundamental importância para as organizações sindicais a adoção da pluralidade e a sua liberdade de associação — observou.

José Eduardo Dutra acredita que a pluralidade sindical trará

vantagens para os trabalhadores, que poderão se organizar em um ou mais sindicatos. “É uma decisão que cabe só a eles tomar, sob a luz das novas formas de produção”, afirma, apontando os sindicatos fortalecidos como poderoso instrumento para promover a distribuição de renda.

O relator da matéria, senador Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou parecer contrário. Segundo ele, o assunto divide o movimento sindical brasileiro, e qualquer mudança no princípio de unicidade sindical deve ser precedida de

uma ampla discussão sobre as prerrogativas dos sindicatos, principalmente quanto à negociação coletiva e à Justiça do Trabalho. Requião tem dúvidas quanto à influência da pluralidade sindical na solução dos problemas dos trabalhadores, principalmente o desemprego.

— Precisamos, antes de tudo, introduzir alterações na legislação trabalhista que possibilitem um papel mais relevante para os sindicatos, principalmente na formulação de acordos, convenções e contratos coletivos — defendeu.

Comissão aprecia isenção de impostos para cesta básica

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprecia, em sua reunião de amanhã, a proposta de emenda constitucional do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) isentando os alimentos da cesta básica dos tributos federais, estaduais e municipais, quando forem destinados ao consumo interno do país.

Em sua justificativa, Cafeteira alega a necessidade de eliminar a incidência de tributos sobre os alimentos da cesta básica, cobrindo as fases de produção, industrialização e comercialização, nas três esferas de poder executivo, para baixar seus preços no mercado interno, proporcionando uma melhor alimentação aos brasileiros de baixa renda.

— Há, no setor alimentício, um caminho tortuoso e desnecessário que o torna burocrático e ineficiente, favorecendo a intermediação. O governo cobra impostos nas várias fases, encarecendo os produtos e impedindo que boa parte da população tenha acesso à devida nutrição. É inconcebível que, num país carente de alimentos e no qual o salário mínimo é de pouco mais de cem dólares, a produção de gêneros ali-



Cafeteira é o autor da emenda

mentos sofra tão grande incidência de tributos — afirma Cafeteira.

PARECER

Embora reconhecendo os méritos da proposta, no que se refere ao seu alcance social, o relator da PEC, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou parecer contrário, alegando que o caminho legislativo escolhido para isentar de tributos os alimentos básicos não foi correto. O senador explicou que, conforme disposição do Código Tributário Nacional, isenção tributária precisa ser decorrente de lei que deve especificar as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

O relator assinalou que a Constituição veda à União o poder de isentar tributos estaduais e municipais. Além dis-



Alcântara sugere outra solução legal

so, acrescentou, “a proposição a ser inserida no artigo 150, que trata de princípios como a irretroatividade tributária e a anualidade, representaria um corpo estranho, uma vez que o artigo não dispõe sobre fatos concretos, como seria o caso dos alimentos da cesta básica”.

Para Alcântara, a única solução legislativa seria aproveitar a faculdade do Senado Federal de estabelecer alíquotas mínimas para tributos. Ele lembrou que tramita na Casa o Projeto de Resolução 85/96 que, se aprovado, reduzirá as alíquotas relativas ao ICMS a um patamar próximo de zero, o que propiciará imediata redução no preço final dos produtos considerados básicos, como pretende o senador Epitácio Cafeteira.

ACM considera passageira a queda de FHC nas pesquisas

Na avaliação do senador Antonio Carlos Magalhães, a queda do presidente Fernando Henrique nas pesquisas eleitorais está sendo supervalorizada por seus adversários, mas trata-se de tendência que logo será revertida:

— Há quatro anos, nesta época, Fernando Henrique estava 30 pontos abaixo de Lula, e hoje está acima. Isso vai se reverter. Lula não tem programa, não sabe o que fazer com o Brasil, e o Brasil não quer isso, o Brasil quer rumos. O presidente está dando rumos e vai intensificar programas na área social que terão resultados magníficos — afirmou ontem Antonio Carlos, em entrevista.

O senador reconheceu que “a comunicação do governo não é a melhor” e fez sugestões, como dar maior publicidade a fatos positivos. Citou como exemplos a recente inauguração de uma ponte em Mato Grosso do Sul — obra de importantes repercussões econômicas, que não mereceu destaque no noticiário — e o veto presidencial na legislação sobre licitações, que impediu reajustes excessivos.

Antonio Carlos acha, também, que o presidente deveria falar menos tempo e mais vezes com a imprensa: “Dois, três minutos a cada dia, o povo assimila mais fácil”. Não concorda com a tese de que Fernan-



Antonio Carlos: país quer rumos

do Henrique deveria buscar confronto com seu oponente — “é fazer crescer o Lula” — e acredita que a candidatura deve ser assumida — “ele tem que mostrar que é candidato e que isso é bom para o Brasil”.

O senador apontou a contradição da Lei Eleitoral, que impede o presidente de apresentar-se como candidato até 6 de julho, ao mesmo tempo que prevê a realização das convenções antes dessa data. “A lei foi mal feita e o Tribunal Eleitoral deve interpretá-la melhor, com a inteligência que é própria dos seus membros”, assinalou.

Antonio Carlos disse que tem conversado com Fernando Henrique e que ele, mesmo tendo ideias próprias, ouve os “conselhos úteis” de amigos e até de adversários. Sobre a declaração do presidente, considerando “vagabundos” os que têm apertadinho precoce, afirmou que “tem muito vagabundo roubando o país, gente indigna da sociedade, mas é preciso dizer quem são, não generalizar”.

Duas mensagens do presidente da República solicitam autorização do Senado para a contratação de empréstimos no valor total de US\$ 370 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Banco Mundial

CAE analisa crédito para gasoduto

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), votará na reunião de hoje duas mensagens do presidente da República solicitando autorização do Senado para contratação de operação de crédito externo destinado a financiamento parcial da construção do gasoduto Brasil-Bolívia. O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), relator das matérias, deu parecer favorável à solicitação.



Jefferson: favorável

Na primeira mensagem, o presidente pede autorização para contratação de operação de crédito no valor de US\$ 240 milhões entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Na segunda, o governo solicita autorização a financiamento de US\$ 130 milhões do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

Em outra mensagem, que também está na pauta da CAE, o

presidente solicita autorização do Senado para contratação de operação financeira de reescalonamento de créditos do Brasil junto à Argentina. Esses créditos, acertados no contrato firmado entre os dois países em 20 de maio de 1997, são relativos a financiamentos do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), contratados originalmente pelo setor privado argentino e, depois, assumidos pelo governo daquele país.

O relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), deu

parecer favorável e informou que o valor da dívida da Argentina com o Brasil é de US\$ 5,2 milhões, em valores de 1995. Desde total, a dívida já vencida é de US\$ 2,2 milhões e a que ainda vai vencer é de US\$ 2,9 milhões. O parecer do relator estabelece as condições de pagamento da dívida até a última parcela, a ser paga no ano 2000. Também estão na pauta da CAE dois



Suplicy: renegociação

ofícios do Banco Central sobre solicitações de crédito do governo do Piauí e da prefeitura mu-

icipal de Ferraz de Vasconcelos (SP). O governo do Piauí quer contratar operação de crédito de US\$ 8,9 milhões junto ao Banco do Nordeste com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A prefeitura de Ferraz de Vasconcelos quer realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF) no valor de R\$ 9,4 milhões para aplicar em obras de saneamento. Os dois relatores desses assuntos, senadores João Rocha (PFL-TO) e Gilberto Miranda (PFL-AM), deram parecer favorável às solicitações de créditos.

Três projetos têm pareceres contrários de relatores

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) considera desnecessário o projeto de lei da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que tramita em caráter terminativo, criando incentivo fiscal a pessoas jurídicas que contratarem portadores de deficiência. O parecer de Kleinübing interpreta que o projeto está prejudicado, pois as despesas relativas a salários pagos

ceberam pareceres contrários dos senadores e também estão na pauta da CAE para esta terça-feira. O primeiro projeto, da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte. O senador Bello Parga (PFL-MA), relator da matéria, quer a rejeição da proposta.

Um de seus argumentos é que o projeto obriga o governo a garantir os riscos de financiamentos para as micro e pequenas empresas. Com a escassez de recursos orçamentários para aplicação em programas sociais, a proposta da senadora, na sua opinião, é inviável.

O projeto de lei da Câmara, do deputado Nelson Marquazzelli, altera a Lei nº 7.678, de 1988, que trata da produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva. O deputado propõe criar mais opções tecnológicas para os produtores na correção do mosto em fermentação. O parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR) é pela rejeição.

Osmar Dias disse que o projeto contraria resolução sobre o código vitivinícola do Mercosul, cujos países propuseram um mecanismo de substituição gradual da sacarose por açúcares derivados da uva, além da não utilização de produtos não derivados da uva na fabricação de vinhos.

Estados produtores de energia nuclear poderão ser compensados

Os estados, municípios e Distrito Federal serão compensados financeiramente pela geração de energia elétrica em centrais nucleares em 1,5% sobre o valor da energia produzida, segundo projeto de lei da Câmara, de autoria do deputado Paulo Portugal, que tem parecer favorável do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). O parecer sobre o projeto será votado na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O senador apresentou substitutivo ao projeto, estabelecendo que a compensação financeira refere-se apenas à localização das usinas térmicas, mas mantém a obrigatoriedade para seus proprietários de indenização por danos causados ao meio ambiente. Kleinübing disse que a proposta é justa porque as usinas nucleares submetem a população local a um grande risco, o que justifica a compensação financeira para o

estado ou município detentor da geração de energia por essas centrais.

Outros quatro projetos de lei que estão na pauta da CAE nesta terça-feira também têm parecer favorável dos relatores. Um dos projetos, de autoria do então senador Frei-

ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamentos de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse, em seu parecer, que o projeto é procedente, pois diminuiria os custos sociais e econômicos ao permitir o retorno dos produtores à atividade agropecuária.

Projeto do deputado

Neto (PFL-PI), atual ministro da Reforma Institucional, estabelece normas para aplicação dos recursos provenientes do recolhimento das tarifas aeroportuárias. No parecer, favorável à proposta, o senador Beni Veras (PSDB-CE) diz que o projeto é "extremamente importante para a administração dos aeroportos brasileiros", pois aumentará sua eficiência operacional.

Projeto do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) inclui os

recurso Requião que dispõe sobre transferência de recursos federais para programas de alimentação escolar, livro didático e para o programa do leite, recebeu parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS). O outro projeto, do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), estabelece limites para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno. Essa matéria também tem como relator o senador Fogaça.



Marluce: crédito



Benedita: incentivo

a empregados, inclusive portadores de deficiência, são contabilizadas como despesas operacionais das empresas pela legislação em vigor, e já deduzidas, em sua totalidade, para cálculo do lucro tributável.

No projeto, Benedita da Silva pretende deduzir em até 70%, no lucro tributável, para fins de imposto de renda, o total pago pela empresa com salários de empregados deficientes. O parecer do senador ao projeto será votado na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

Outros dois projetos de lei re-



Kleinübing: justiça



Beni: eficiência



Lúdio: reforma



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-612211.

A ligação é gratuita

Duílio Stefano, do Rio de Janeiro, pede o empenho dos senadores cariocas para que a Agência Nacional do Petróleo permaneça no Rio de Janeiro, como forma de manter o nível de emprego na cidade. Debatem a questão os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Artur da Távola (PSDB-RJ). Arruda apresentou um projeto estabelecendo que Brasília sedie a agência, enquanto Artur da Távola defende a permanência do órgão no Rio de Janeiro.



Arruda: ANP em Brasília

José Roberto Arruda: O projeto não é para trazer a Agência Nacional do Petróleo para Brasília, já que o antecessor da agência — o Departamento Nacional de Combustíveis — funciona em Brasília há 30 anos.

Na minha opinião, tirar da capital do país um órgão normativo e regulador, como a Agência Nacional do Petróleo, é uma excrescência administrativa, um absurdo em termos de estrutura do aparelho de Estado. Se o argumento é o fato de o Rio de Janeiro ter uma bacia petrolífera importante, então, por razões similares, o Ministério da Marinha deveria ser em Santos, o Ministério do

Meio Ambiente na Amazônia e a Agência Nacional de Energia Elétrica em São Paulo, o que acabaria com o conceito de capital. Isso é um erro primário do governo e eu, como seu líder no Congresso, fiz uma avaliação crítica e decidi apresentar um projeto estabelecendo que a sede da agência seja em Brasília.

Reconheço que o Rio de Janeiro deva ter um escritório importante, com mais técnicos na área de fiscalização, mas o caráter normativo, a direção da Agência Nacional do Petróleo tem que ficar em Brasília, até por uma imposição constitucional.

O Rio de Janeiro é o grande produtor de petróleo, mas o consumidor de petróleo de Rondônia, sob a ótica da Constituição, merece o mesmo tratamento que o consumidor carioca. Por isso, a agência normativa e reguladora deve ficar na capital do país, longe de qualquer tipo de comprometimento.

A sede da Petrobras é no Rio de Janeiro, o que não significa que a Agência Nacional do Petróleo deva ser instalada naquela cidade, pelo contrário. Quem precisa mandar no petróleo é o cidadão brasileiro e não a Petrobras. A agência não deve ser um rabicho da Petrobras, da Esso nem dos grandes produtores de petróleo do mundo, ou o lobby dessas empresas tomariam conta da agência. Em Brasília, onde estão sediadas todas as outras agências, a Agência Nacional do Petróleo ficará distante dos interesses corporativos e dos interesses econômicos.

O próprio diretor da Agência Nacional do Petróleo, David Zilberstein, quando era secretário de Energia de SP, me ligou para apoiar minha posição e dizer que São Paulo não

aceitava que a agência fosse para o Rio de Janeiro.



Távola: ANP no Rio

Artur da Távola: A Agência Nacional do Petróleo já está no Rio de Janeiro e lá deve permanecer. Isso não por uma razão bairrista, mas por motivos concretos e objetivos: a Petrobras é no Rio e todo negócio e atividade de petróleo no Brasil concentra-se no estado, que, além disso, possui a maior bacia petrolífera existente no país.

Não há nenhuma razão para esse projeto do senador José Roberto Arruda, meu colega de partido. Se aprovada, tal proposta criaria um gasto absolutamente inútil, ao afastar a agência que vai coordenar o trabalho do petróleo do local onde estão as principais empresas e os principais centros de comércio internacional de petróleo.

A questão do emprego, levantada por Duílio Stephano, não é significativa, uma vez que a agência tem um quadro pequeno e altamente especializado. Mas do ponto de vista técnico, é importante que a agência esteja sediada no Rio de Janeiro, o que facilita a atividade, já que quase tudo o que se refere a petróleo está centralizado no estado.

Proposta do senador Sérgio Machado altera o Código de Trânsito Brasileiro

Enviado à Câmara projeto que facilita o transporte de romeiros

Já está na Câmara dos Deputados o projeto de lei do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que altera o Código de Trânsito Brasileiro para que o transporte coletivo de passageiros possa ser feito em veículos de carga no caso de eventos sazonais — culturais, religiosos ou esportivos — quando o número de pessoas em determinadas regiões costuma multiplicar-se. O parecer favorável relativo à matéria foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e não recebeu emendas.

Para Machado, seu projeto reconhece as desigualdades regionais brasileiras, pois em certos lugares do país "ainda se vive como no início do século". Quando elaborou a proposta, ele tinha em vista especialmente os nordestinos e nortistas que reúnem-se frequentemente em peregrinações e romarias. "O autor atendeu à diversidade da cultura e da religiosidade de nosso país", avaliou o senador Francélio Pereira (PFL-MG), relator do projeto na CCJ.



Machado aponta diversidade

Na sua forma atual, o Código de Trânsito, aprovado em setembro de 1997, já permite a exceção do transporte de pessoas em veículos de carga onde não houver linha regular de ônibus. "Há municípios que, a despeito de possuírem transporte coletivo, não o têm em oferta suficiente para atender à demanda excepcional que se verifica nessas ocasiões", justifica Machado. O projeto prevê medidas para adequar o "pau-de-arara" às exigências de segurança. Para entrar em circulação, os veículos de carga para transporte de passageiros precisam de autorização.

Campos pede união contra a violência

O senador Júlio Campos (PFL-MT) denunciou o aumento da criminalidade no país e pediu aos governantes de todas as esferas que se unam para promover o progresso e restaurar a paz e a justiça social. "Para nossa vergonha, o Brasil é o terceiro país mais violento de todo o mundo, ficando atrás apenas da África do Sul e da Jamaica".

Segundo o senador, o crescente desemprego, o caos na saúde e o aumento da criminalidade são alguns aspectos da crise social que assola o país, afetando as camadas mais pobres da população. "Em que pese ao êxito do Plano Real, o esforço do governo federal e o processo de modernização por que passamos, é imperioso reconhecer que a população brasileira tem sido sub-



Campos denuncia criminalidade metida a duros sacrifícios", disse Campos.

Júlio Campos afirmou que no ano passado aconteceram mais de 30 mil homicídios dolosos, 15 mil ocorrências de posse e tráfico de entorpecentes e 10 mil estupros, assinalando que os números da violência urbana lembram "uma verdadeira guerra civil".

Com uma participação de apenas 0,5% no Orçamento da União, Poder é vítima de ataques que, na avaliação do senador, não correspondem à realidade

Odacir rebate críticas a gastos do Legislativo

O senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que a divulgação da participação percentual do Legislativo e do Judiciário na despesa orçamentária – 0,5% e 2% do total do Orçamento da União, respectivamente – seria uma forma de rebater comentários quase sempre injustos feitos aos dois Poderes.

Ele lembrou que a imprensa brasileira tem o hábito de criticar os gastos da União com o Judiciário e, sobretudo, com o Legislativo. Essa análise, a seu ver, é imprecisa, pois "é notória a modesta participação dos dois Poderes nos gastos orçamentários".

O senador disse que a par-



Odacir vê participação menor do Legislativo e do Judiciário no Orçamento é reduzida ano após ano, mas a realidade brasileira "obscurece esse quadro, pela falência de numerosos estados e municípios, do que decorrem grandes e evidentes males para o

Brasil". Odacir Soares destacou que a principal razão de penúria do país é a criação de municípios sem as mínimas condições de sobreviver financeiramente.

– Esse, o fulcro de uma questão que a todos vem preocupando desde há muito. Tal preocupação, infelizmente, não tem impedido que, a cada legislatura, multiplique-se o número de municípios sem a mínima condição de autonomia, aumentando a contaminação de estados já praticamente falidos ou em difícil situação financeira – observou.

Para o senador, a questão da criação de municípios é um problema que permanece esquecido pelo Legislativo e pelo Exe-

cutivo. "Questão que, infelizmente, além da ruína de municípios e estados, totalmente insolventes, possibilita confusão com a autonomia financeira acertadamente assegurada pela Constituição aos Poderes Judiciário e Legislativo", assinalou.

Odacir sugeriu um controle social mais efetivo e uma fiscalização mais rigorosa no disciplinamento das propostas orçamentárias estaduais e municipais, para que se corrijam os abusos generalizados verificados nessas unidades da Federação.

– Seria uma forma de tutela federal que estipularia limites quantitativos para as despesas com o Legislativo e o Judiciário locais – concluiu.

Mulheres debatem ecologia na TV Senado

A nova Lei Ambiental, a destruição dos recursos naturais brasileiros e o trabalho do ecologista Chico Mendes são alguns dos assuntos do programa "Mulheres em Debate" de hoje.

Participam da discussão Nida Coimbra, representante do Ministério de Minas e Energia no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e Mary Alegrete, assessora do Conselho de Seringueiros do Memorial Chico Mendes e pesquisadora de biodiversidade da Universidade de Brasília (UnB).

O programa, que será transmitido às 8h e às 13h15 pela TV Senado, integra as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, festejado a 5 de junho.

Também faz parte da programação relativa à data a transmissão de uma entrevista com Analuce Freitas, do World Wild Fund, organização mundial de defesa do meio ambiente. A entrevista, que vai ao ar às 7h e às 9h30, trata da nova Lei Ambiental e de medidas que possam favorecer sua aplicação.

Coral do Senado canta hoje na Martins Penna

O Coral do Senado se apresenta hoje à noite na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro, em comemoração ao segundo aniversário do grupo. O concerto, que começa às 21 horas, tem um repertório variado, com músicas eruditas e populares, e traz a primeira audição em Brasília da peça do barroco polonês *In Virtute Tua*, de Czrceorz Gorzycycki.

A segunda parte do concerto é só de músicas brasileiras, com ênfase em peças regionais.

O concerto, que tem a regência da maestrina Glicínia Mendes, contará ainda com vários músicos conhecidos na cidade como o violero Marcos Mesquita e a violoncelista Lucimary do Vale. O senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, apaixonado por música coral, terá uma participa-



O Coral do Senado dá um concerto hoje ao completar dois anos na canção *Cio da Terra*, de Milton Nascimento e Chico Buarque. A entrada é gratuita, mas os responsáveis pelo coral pedem

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

- 7h - Entrevista com Analuce Freitas, da WWF, sobre o meio ambiente e os movimentos das ONGs no Brasil
- 8h - "Mulheres em Debate" - entrevista com Mary Alegrete, ex-secretária de Planejamento e Meio Ambiente do Amapá, e Nida Coimbra, do Ministério de Minas e Energia, sobre a Lei de Crimes Ambientais
- 9h30 - Entrevista com Analuce Freitas, da WWF, sobre o meio ambiente e os movimentos das ONGs no Brasil
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos - discussão da proposta que destina 25% do valor das tarifas aeroportuárias para infra-estrutura de aeroportos das regiões Norte e Nordeste
- 13h15 - "Mulheres em Debate" - entrevista com Mary Alegrete, ex-secretária de Planejamento e Meio Ambiente do Amapá, e Nida Coimbra, do Ministério de Minas e Energia, sobre a Lei de Crimes Ambientais

- 14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo) - quarto dia de discussão em primeiro turno da proposta que restringe a imunidade parlamentar
- Logo após: Comissão de Relações Exteriores - indicação de nomes para as embaixadas do Brasil em Cingapura e Líbano
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Agenda Econômica" - entrevista com Alfredo Rizkallah, presidente da Bovespa, e com o jornalista Ribamar Oliveira do jornal *O Estado de São Paulo*, sobre as bolsas de valores
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até às 7h30

Senador paranaense pede urgência na votação da emenda constitucional que permitirá acabar com a disputa entre os estados para oferecer vantagens destinadas a atrair novos investimentos

Osmar defende fim da guerra fiscal

Ao ressaltar a urgência de o Senado aprovar a emenda que acaba com a guerra fiscal, com votação marcada para a próxima quarta-feira, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse "estar na hora de colocar um basta na incoerência de determinados governadores que dão concessões irresponsáveis a empresas estrangeiras, comprometendo o futuro financeiro de seus estados, como foi o caso do Paraná, nos contratos com as montadoras Renault e Chrysler".

Para Osmar Dias, cláusulas do acordo, como a isenção de impostos por dez anos e o empréstimo do governo paranaense à Renault, no valor de US\$ 1,5 bilhão (sem juros nem correção monetária), representam uma grande injustiça em relação às empresas paranaenses que sempre pagaram seus impostos e, quando precisam de financiamento, não conseguem crédito do



Osmar: "basta na incoerência"

governo, nem pagando juros e correção. "Para os estrangeiros, tudo. Para os paranaenses, nada", resumiu o senador.

Ele elogiou os dispositivos da proposta de emenda constitucional que acaba com a concessão indiscriminada de incentivos fiscais para atrair empresas. "Não concordo, porém, com a afirmação de que a guerra fiscal esteja prejudicando apenas os estados mais pobres do Brasil. O Paraná é um estado de economia forte, mas os acordos com a Renault e a

Chrysler vão comprometer, profundamente, seus orçamentos futuros", enfatizou.

Ele refutou as afirmações do governo paranaense, alegando que os acordos se justificariam com a criação de empregos. "Com as duas fábricas, serão criados 2.000 empregos diretos. Se os US\$ 2 bilhões de empréstimos às montadoras fossem investidos na vocação agropecuária do estado, gerariam 200 mil empregos", garantiu Osmar Dias.

O senador criticou, ainda, os gastos do governo paranaense com propaganda, num momento em que o desemprego e a violência estão crescendo assustadoramente. "Foram R\$ 140 milhões gastos com a mídia, em 1997. Reconheço serem os comerciais de primeira qualidade, mas não acredito estar a população satisfeita com essa inversão de prioridades", afirmou, profetizando que, nas próximas eleições "vem troco por aí".

Palmeira lamenta crise do governo alagoano

"Ninguém gostaria de ver um estado chegar à situação em que Alagoas chegou", disse ontem o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), ao final do discurso em que Osmar Dias criticou os gastos do governo do Paraná. Palmeira salientou que o governo alagoano está procurando sair da crise e que o povo é quem melhor pode corrigir abusos ad-

ministrativos.

"A oportunidade de corrigir é no ano que vem", respondeu Osmar Dias, explicando que seu discurso teve o significado de um alerta para evitar que o Paraná chegue à situação em que se encontra Alagoas. Ele prometeu mandar para Palmeira cópias dos balanços que demonstram como o governo paranaense desperdiça recursos.

Guilherme Palmeira elogiou a pressa de Osmar Dias em que o Senado vote o projeto que trata da guerra fiscal entre os estados, e disse que a deliberação prevista para a Ordem do Dia de amanhã acontecerá em boa hora. Observou, no entanto, que, como correligionário do governador Jaime Lerner, gostaria de dispor de mais informações para defendê-lo.

Benjamin assume a vaga de Josaphat

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu afastamento por quatro meses para tratar de assuntos de interesse pessoal. Em seu lugar, assumiu ontem o suplente Francisco Benjamin, que é o pre-



Francisco Benjamin (E) faz o juramento ao lado de Bello Parga

sidente do PFL na Bahia.

Josaphat disse que não pretende candidatar-se a nenhum cargo eletivo, nem mesmo à

reeleição como senador, mas que retornará ao Senado em setembro, logo após as eleições.



Palmeira quer preservar os direitos dos servidores

Projeto prevê inabilitação dos ministros que não entregarem declaração de IR

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) apresentou projeto de lei obrigando ministros de Estado e dirigentes de órgãos autônomos a comprovar, perante o Ministério Público, sob pena de responsabilidade e inabilitação para o cargo, a entrega das declarações anuais de rendimentos e descontos dos servidores. De acordo com o projeto, a comprovação tem que ser feita nos três primeiros dias úteis do mês de março.

Ele lembrou que os 17 mil servidores do Executivo e os mais de 20 mil que ocupam cargos idênticos nos demais Poderes já têm de apresentar suas declarações de Imposto de Renda (IR) anuais aos respectivos órgãos de pessoal, para remessa ao Tribunal de Contas.

"Isso, supostamente, para se evitar ou se comprovar a ocorrência de enriquecimento ilícito ou de aumento injustificado de seu patrimônio", afirmou Palmeira, acrescentando que essas milhares de cópias, acumuladas nos arquivos do tribunal, jamais serviram de prova para as milhares de fraudes que se cometem anualmente contra os cofres públicos.

— Por essa razão, parece claro que as medidas modernizadoras que estão sen-

do tomadas pela Receita Federal precisam ser acompanhadas de outras de modernização e controle institucional, para se evitar que milhares de servidores que são contribuintes tenham os direitos impune-mente violados.

Palmeira disse ter recebido o documento da Receita Federal atestando que cabe ao servidor denunciar atraso na entrega de sua declaração anual de rendimentos e descontos. "A administração, além de lhe violar os direitos, ainda lhe impõe o dever de denunciar a violação da lei, com todas as consequências que os atos desta natureza têm em nosso país, com sua generalizada cultura da impunidade", lastimou ele.

Essa é a razão para o projeto em que o senador tenta punir com a inabilitação para o cargo o administrador que não entregar, até o início de março, as declarações de rendimentos e descontos dos seus servidores.

Ele elogiou o avanço tecnológico que facilitou a entrega das declarações anuais de ajuste do Imposto de Renda, mas ressaltou que, se a Receita Federal está cumprindo sua parte, "o mesmo não se pode dizer dos demais órgãos públicos federais".